

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FACULDADE DE DIREITO

Direito Digital

Código: DV461

Estudo sobre o desenvolvimento da Sociedade Informacional e as relações jurídicas emergentes das novas Tecnologias da Informação e Comunicação, com ênfase nos ramos do Direito da Propriedade Intelectual.

Professor Marcos Wachowicz ·



Ementa da Disciplina

A disciplina de Direito Digital propõe uma análise abrangente e interdisciplinar dos fenômenos jurídicos que emergem da Sociedade Informacional. Estruturada em três eixos fundamentais, a ementa contempla:

Sociedade Informacional

Estudo do desenvolvimento tecnológico e seus impactos nas estruturas sociais, econômicas e jurídicas contemporâneas.

Relações Jurídicas Digitais

Análise dos aspectos e relações jurídicas que se formam, transformam e se complexificam no ambiente digital.

Propriedade Intelectual

Estudo das principais manifestações do Direito Digital nos ramos da Propriedade Intelectual e suas interfaces tecnológicas.

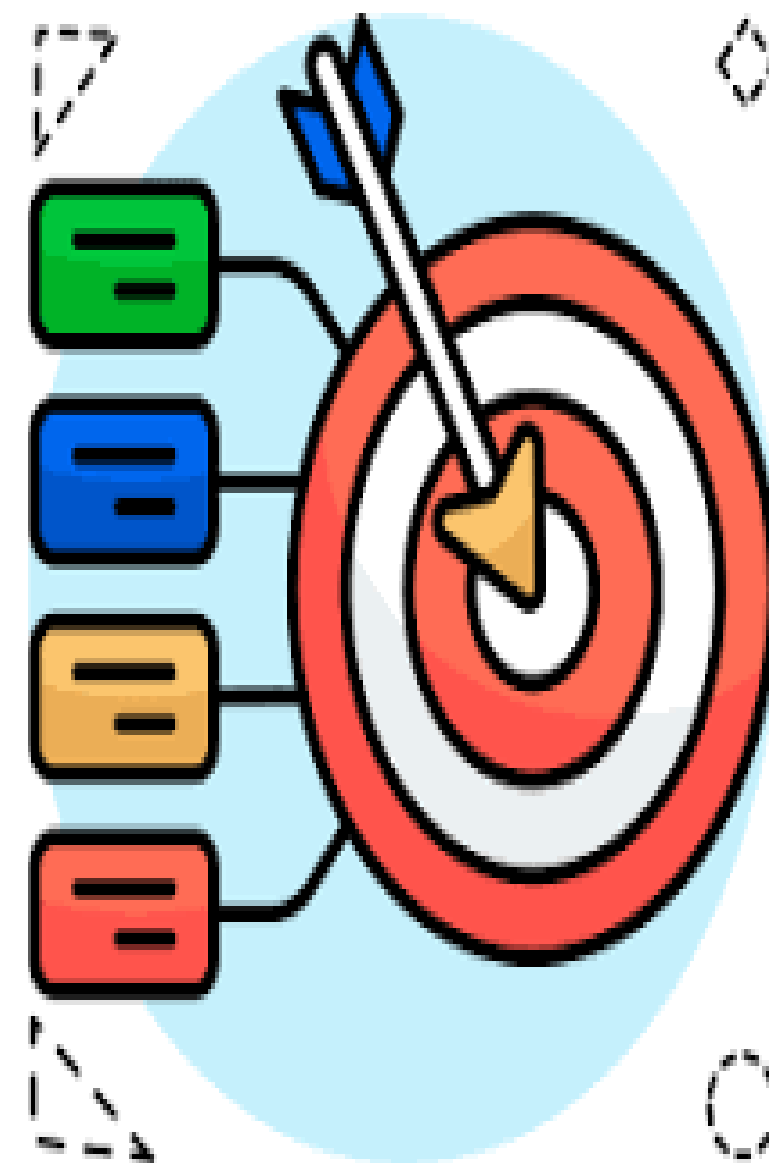


Objetivo Geral

A disciplina visa estudar a **Sociedade Informacional** e os impactos da Revolução da Tecnologia da Informação para formar no estudante a compreensão crítica do que é o Direito Digital.

O propósito central é desenvolver **competências práticas e analíticas** para que o aluno saiba identificar, interpretar e solucionar problemas e conflitos emergentes das relações jurídicas intermediadas pelas novas tecnologias.

Para tanto, busca-se analisar a **aplicação das normas vigentes** e identificar as **omissões legislativas** que ainda persistem diante da rápida evolução tecnológica.



Objetivos Específicos

1

Aprofundamento Temático

Oportunizar o estudo aprofundado dos temas atuais e relevantes ligados ao Direito Digital no ciberespaço, incluindo privacidade, proteção de dados e fundamentos constitucionais.

2

Competências Contratuais

Desenvolver competências específicas para a compreensão dos contratos e relações jurídicas estabelecidas no ambiente digital.

3

Tutela dos Bens Intelectuais

Analisar a tutela jurídica dos novos bens intelectuais advindos da Tecnologia da Informação, visando inovação, inclusão tecnológica e difusão do conhecimento.

4

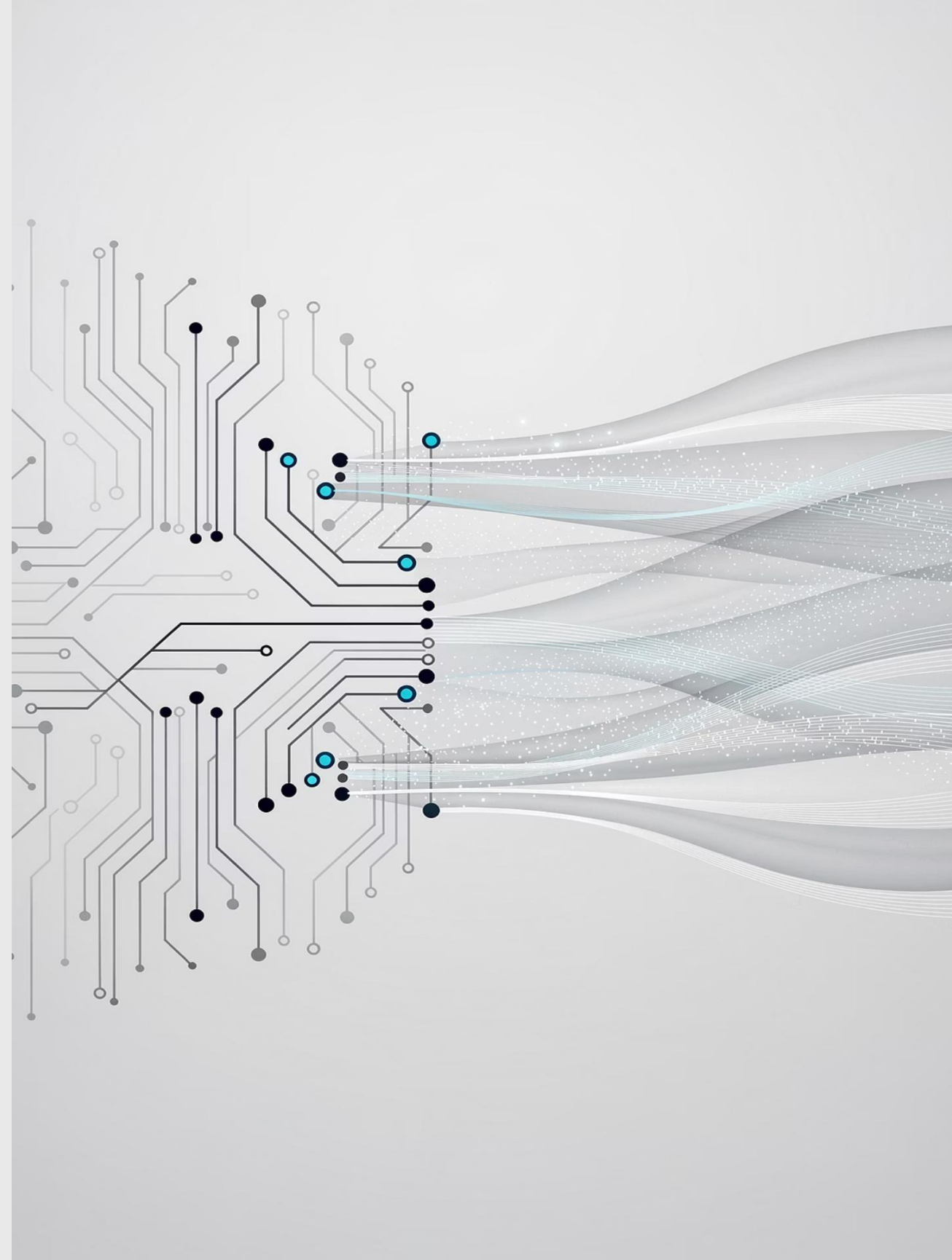
Cultura e Economia Criativa

Compreender o direito fundamental à cultura, os limites do Direito Autoral e o papel do Estado na formulação de políticas públicas para uma Economia Criativa sustentável.

CAPÍTULO I

Programa do Curso

O programa está organizado em **oito unidades temáticas** que percorrem desde os fundamentos da Sociedade Informacional até os desdobramentos mais contemporâneos da cultura digital e da economia criativa, formando um percurso completo de aprendizagem em Direito Digital.



UNIDADE I

A Sociedade Informacional

A primeira unidade inaugura o curso com uma análise histórica e conceitual da Revolução da Tecnologia da Informação e seus desdobramentos no campo jurídico. Compreender as origens da Sociedade em Rede é pressuposto fundamental para todo o estudo subsequente.

01

Revolução da Tecnologia da Informação

Origens, marcos históricos e impactos socioeconômicos da revolução digital.

02

Evolução da Internet

O papel do Estado e a formação do Direito no ciberespaço.

03

Neutralidade da Rede

Princípio da neutralidade: fundamentos, controvérsias e regulamentação.

04

Liberdade de Acesso

Compartilhamento de arquivos, circulação da informação na Rede e seus limites jurídicos.



UNIDADE II

Liberdade de Informação e Princípios Constitucionais

Fundamentos Constitucionais

As disposições gerais que regem a Sociedade Informacional encontram respaldo nos princípios constitucionais de liberdade de expressão, acesso à informação e garantia de direitos fundamentais no ambiente digital.

O Governo Eletrônico e a inclusão tecnológica são instrumentos essenciais para a efetivação desses direitos.

Temas Centrais

- Garantias de acesso à informação
Lei de Acesso à Informação e transparência pública.
- Direito ao esquecimento
Tensão entre memória coletiva e proteção da personalidade.
- Desinformação e Fake News
Desafios regulatórios frente à proliferação de notícias falsas.

Marco Civil da Internet

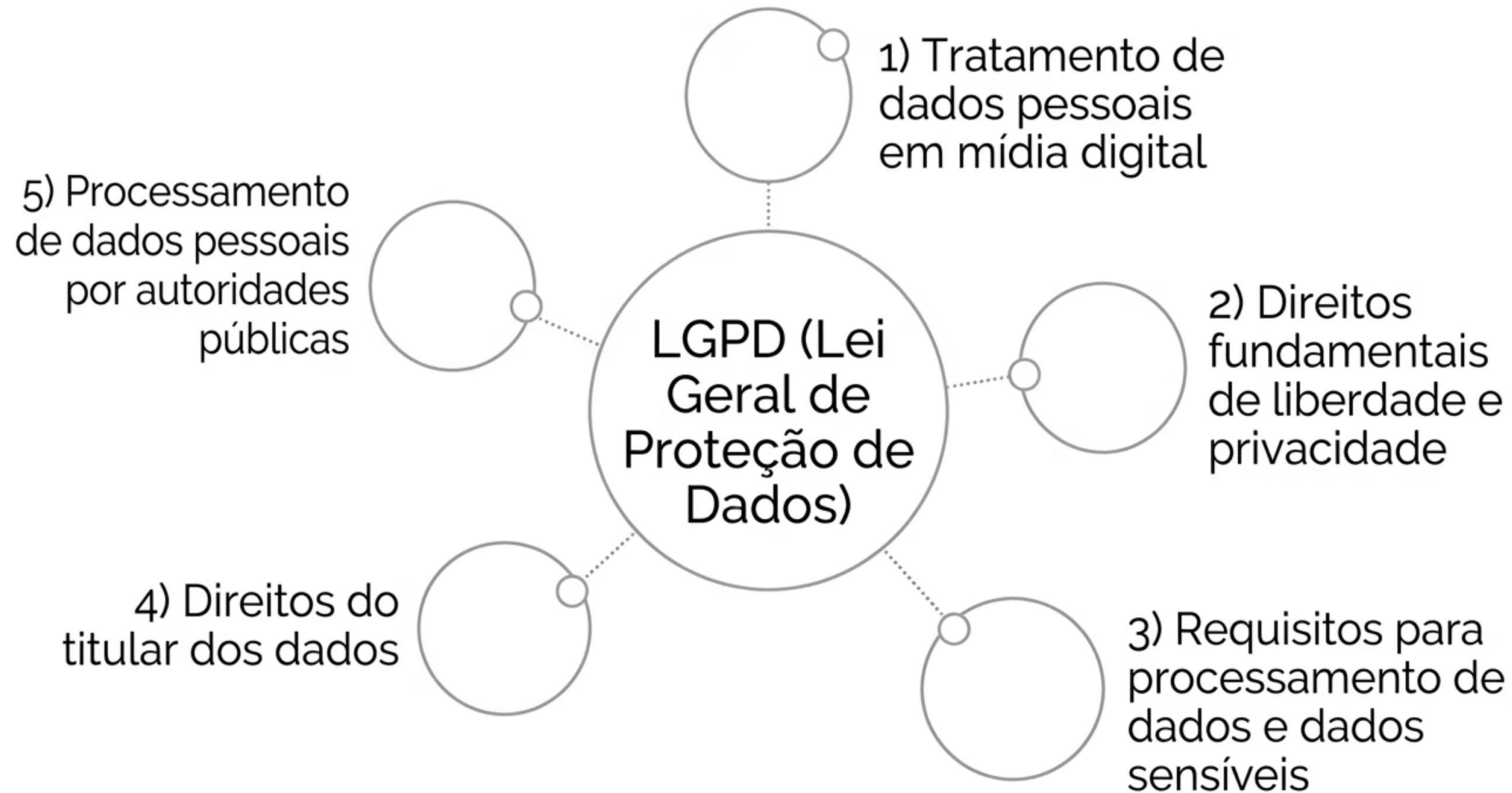
A Lei nº 12.965/2014 constitui o principal marco normativo para a regulação do uso da Internet no Brasil. Esta unidade analisa seus pilares fundamentais e suas implicações práticas nas relações jurídicas digitais.

- ➔ **Responsabilidade dos Provedores**
Regime de responsabilidade civil aplicável aos provedores de conexão e de aplicações de internet.
- ➔ **Direitos e Garantias dos Usuários**
Proteção aos registros, dados pessoais e comunicações privadas dos usuários.
- ➔ **Danos por Conteúdo de Terceiros**
Responsabilidade por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros e o regime de notificação judicial.
- ➔ **Atuação do Poder Público**
Diretrizes para a atuação estatal na promoção do desenvolvimento da internet e da cultura digital.



Privacidade e Proteção de Dados Pessoais

A unidade dedicada à LGPD (Lei nº 13.709/2018) examina o tratamento de dados pessoais nos meios digitais à luz dos direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da



O estudo abrange desde os requisitos para o tratamento de dados comuns e sensíveis até os direitos do titular e as obrigações específicas do Poder Público no manejo de informações pessoais.

Direito da Propriedade Intelectual

Esta unidade apresenta o panorama internacional da tutela jurídica dos bens intelectuais, abordando tanto os Direitos Industriais quanto os Direitos Autorais em suas noções fundamentais.

Sistema Internacional

Formação e evolução do sistema de tutela jurídica dos bens intelectuais no plano global.

Noções Fundamentais

Distinções conceituais entre Direitos Industriais e Direitos Autorais.

Marcos Regulatórios

Principais tratados e convenções internacionais aplicáveis à matéria.

Organismos Internacionais

OMPI, OMC, UNCITRAL e UNESCO: funções e competências na regulamentação.



Direito da Propriedade Industrial



A Propriedade Industrial é estudada a partir de seus fundamentos e do marco regulatório nacional para inovação e desenvolvimento tecnológico. Os temas centrais incluem:

→ Noções Fundamentais

Conceitos basilares da Propriedade Industrial no ordenamento brasileiro.

→ Marco Regulatório Nacional

Legislação voltada à inovação e ao desenvolvimento tecnológico.

→ INPI

Funções, competências e promoção do avanço tecnológico pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

→ Patentes e Inovação

Direito de patente, Direito Concorrencial e desenvolvimento socioeconômico sustentável.



UNIDADE VII

Direito Autoral

O Direito Autoral ganha contornos inéditos no ambiente digital. Esta unidade examina o tratamento dos bens imateriais nos meios digitais e as tensões entre o direito de exclusivo, o direito de acesso e o interesse público.

Bens Imateriais Digitais

Tratamento jurídico dos bens imateriais nos meios digitais e os desafios da reprodução e distribuição em rede.

Exclusivo vs. Acesso

A tensão entre direitos exclusivos do autor, o direito de acesso do público e o interesse público como balizador.

Direitos Patrimoniais e Morais

Prerrogativas do titular quanto à exploração econômica e à integridade de sua obra.

Gestão Coletiva na Internet

Mecanismos de gestão coletiva dos direitos autorais adaptados ao ecossistema digital.

Direitos Intelectuais e Cultura Digital

A unidade final integra os temas de Propriedade Intelectual com o direito fundamental à cultura, explorando como a diversidade cultural se manifesta e deve ser protegida no ambiente digital.



Diversidade Cultural Digital

Direitos intelectuais e promoção da diversidade cultural no ambiente digital globalizado.



Limites do Direito Autoral

O direito fundamental da cultura como limitador do Direito Autoral para proteção e circulação cultural.

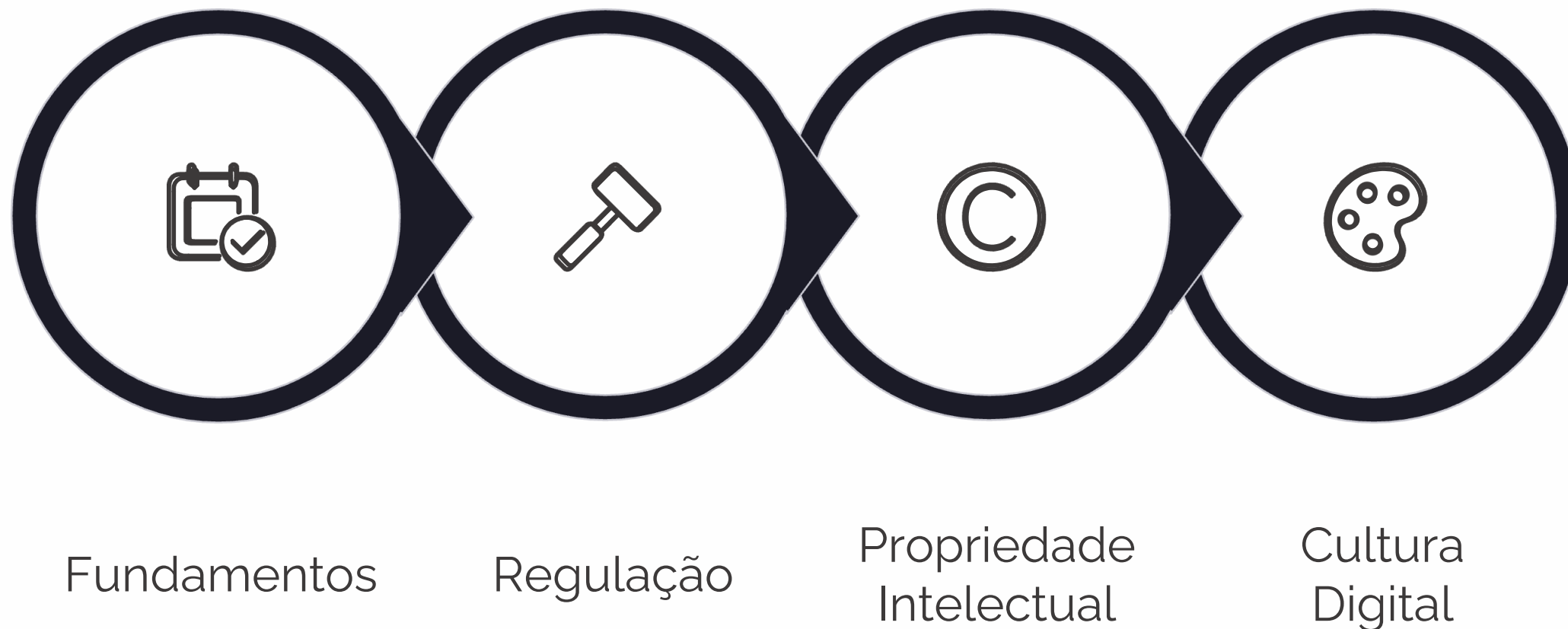


Políticas Públicas

Funções do Estado na promoção de políticas públicas de cultura digital e regulação das indústrias criativas dinâmicas.

Visão Geral do Programa

O percurso formativo da disciplina pode ser visualizado como uma progressão lógica, partindo dos fundamentos teóricos da Sociedade Informacional até as aplicações mais específicas no campo da cultura digital e economia criativa.



Cada fase do programa constrói sobre as anteriores, garantindo ao estudante uma compreensão cumulativa e integrada dos desafios jurídicos contemporâneos.

Procedimentos Didáticos

A disciplina adota uma metodologia plural, combinando exposição teórica com participação ativa dos estudantes, de modo a fomentar o pensamento crítico e a capacidade argumentativa.

Aulas Expositivo-Dialogadas

Apresentação dos conteúdos teóricos com abertura ao diálogo e questionamento em sala.

Leitura e Fichamento

Leitura dirigida, fichamento e problematização de textos jurídicos e doutrinários.

Seminários e Debates

Apresentação de seminários pelos estudantes e realização de debates guiados sobre temas contemporâneos.

Análise Cultural

Análise de filmes e obras de arte selecionadas, integrando Direito e expressões culturais.

Nota Final

A nota final será a **média aritmética** das avaliações bimestrais realizadas ao longo do semestre.

Cada avaliação tem nota de **0 a 10**.

Formas de Avaliação

Modalidades de Avaliação

As avaliações da disciplina serão realizadas por meio de **entregas bimestrais**, podendo assumir diferentes formatos conforme indicação do Professor:

Trabalhos Acadêmicos

Elaboração de projetos de pesquisa e trabalhos jurídicos sobre temas do programa.

Seminários e Oficinas

Apresentações orais e atividades práticas em grupo.

Provas Escritas

Avaliações discursivas sobre o conteúdo ministrado.

- ❏ A modalidade, o conteúdo e o tema de cada avaliação serão comunicados pelo Professor com antecedência compatível.

Visão Geral da Disciplina



Sociedade
Informacional

Contexto social
e tecnológico

Marco Civil
e Dados

Regulação da
Internet e
privacidade

Propriedade
Intelectual

Direitos
autorais e
licenças

Cultura
Digital

Economia
criativa e
práticas
culturais

A disciplina percorre um arco que parte da compreensão da Sociedade Informacional, passa pela regulação da Internet e proteção de dados, aprofunda-se na Propriedade Intelectual e culmina na relação entre Direitos Intelectuais e Cultura Digital.

Competências Desenvolvidas

Ao final da disciplina, espera-se que o estudante tenha desenvolvido um conjunto robusto de competências jurídico-digitais, habilitando-o a atuar com segurança nos desafios contemporâneos do Direito.



Pensamento Crítico Digital

Compreensão fundamentada e crítica dos novos paradigmas da Sociedade Informacional.



Análise Normativa

Capacidade de interpretar e aplicar o Marco Civil, a LGPD e a legislação de Propriedade Intelectual.



Visão Internacional

Avaliação do sistema internacional de tutela da PI face à revolução tecnológica (OMC, OMPI, UNESCO).



Inovação e Cultura

Compreensão do Direito Autoral como marco regulatório para políticas públicas de economia criativa sustentável.



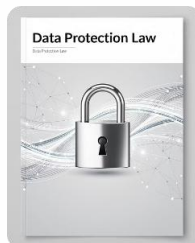
CAPÍTULO III

Bibliografia

O estudo da disciplina é sustentado por uma base bibliográfica sólida e atualizada, composta por obras nacionais e internacionais de referência, que articulam Direito, Tecnologia e Sociedade.

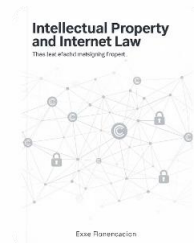
Bibliografia Básica

As três obras fundamentais da disciplina, de autoria ou coordenação do Professor Marcos Wachowicz, cobrem os pilares centrais do Direito Digital: proteção de dados pessoais, propriedade intelectual na internet e o marco civil.



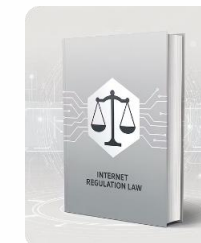
Proteção de Dados Pessoais em Perspectiva

WACHOWICZ, Marcos (org.).
LGPD e RGPD na ótica do direito comparado. Curitiba: Gedai/UFPR, 2020. [Acesso digital](#)



Propriedade Intelectual e Internet

WACHOWICZ, Marcos. Curitiba: Editora Juruá, 2012. Obra de referência sobre os desafios da PI no ambiente digital.



Direito Autoral & Marco Civil na Internet

WACHOWICZ, Marcos (coord.).
Curitiba: Gedai Publicações, 2015.
[Acesso digital](#)

Bibliografia Complementar

As obras complementares ampliam o horizonte de estudo, incorporando perspectivas sociológicas, comparadas e especializadas que enriquecem a compreensão do Direito Digital em suas múltiplas dimensões.

Autor(es)	Título	Editora / Ano
Manuel Castells	A Era da Informação: economia, sociedade e cultura – Vol. I: Sociedade em Rede	Paz e Terra, 2010
Newton de Lucca et al.	Direito & Internet	Quartier Latin, 2015
Sérgio Said Staut Jr.	Direitos Autorais: Entre as Relações Sociais e as Relações Jurídicas	Moinho do Verbo, 2006
Wachowicz, M.; Palao Moreno, G.	Propriedade Intelectual – Inovação e Conhecimento	Juruá, 2010
Bioni, B.; Doneda, D.; Sarlet, I. et al.	Tratado de Proteção de Dados Pessoais	Forense, 2021

Boas-vindas ao Direito Digital

O estudo que se inicia neste semestre formará as bases para que cada estudante se posicione de forma crítica, fundamentada e propositiva diante dos desafios que a Sociedade Informacional apresenta ao ordenamento jurídico brasileiro e internacional.

"O Direito Digital não é apenas uma disciplina — é a lente pela qual compreendemos as transformações jurídicas mais profundas do nosso tempo."

Professor Marcos Wachowicz